



IPPDH
INSTITUTO DE POLÍTICAS PÚBLICAS
EM DIREITOS HUMANOS MERCOSUL



CIDH Comissão
Interamericana de
Direitos Humanos

Quarta edição do Curso Internacional de Políticas Públicas em Direitos Humanos 2019

A presente edição do Curso Internacional Políticas Públicas em direitos humanos é organizada conjuntamente pelo Instituto de Políticas Públicas em Direitos Humanos do MERCOSUL (IPPDH) e a Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH).

Se trata de un curso semipresencial, cuja primeira fase virtual tem início em julho e dura 13 semanas. Conta também com uma semana presencial obrigatória em fevereiro de 2020 na cidade de Buenos Aires, Argentina. Além destes módulos, os participantes podem obter uma especialização no Sistema Interamericano através da participação de oficinas optativas durante cinco dias de formação em setembro de 2019, na sede da CIDH, em Washington DC (ou em algum dos países membro da OEA), ou através da apresentação do trabalho de pesquisa.

Marco Institucional:

O Instituto de Políticas Públicas em Direitos Humanos do MERCOSUL (IPPDH) é um organismo intergovernamental criado no ano de 2009 por decisão do Conselho do Mercado Comum (CMC) 14/09. Tem como principais funções a cooperação técnica, pesquisa, capacitação e apoio na coordenação de políticas regionais de direitos humanos.

O objetivo do IPPDH é “contribuir com o fortalecimento do Estado de Direito nos Estados Partes, mediante o desenho e acompanhamento de públicas em Direitos Humanos, e contribuir para a consolidação de Direitos Humanos como eixo fundamental de desenvolvimento do MERCOSUL”. Além disso, tem como função “prestar assistência técnica no desenvolvimento de atividades de capacitação na promoção e proteção dos Direitos Humanos para funcionários das instituições de Direitos Humanos dos Estados Partes”.

A Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH) é um órgão principal da Organização dos Estados Americanos (OEA), que tem como função promover a observância e defesa dos direitos humanos nas Américas e servir como órgão consultivo da organização na matéria. Foi criada pela OEA em 1959 e instalada em 1979.

O mandato da CIDH está estabelecido no artigo 106 da Carta da OEA, assim como na Convenção Americana sobre Direitos Humanos (Pacto de San José), adotado em 22 de novembro de 1969, com entrada em vigor no dia 18 de julho de 1978. A CIDH desempenha suas funções com base em três eixos de trabalho: o sistema de petições individuais; o monitoramento da situação dos direitos humanos nos Estados Membros e a

assessoria e cooperação técnica com os Estados. Entre as funções da CIDH se encontram: estimular a consciência dos direitos humanos e realizar atividades de promoção e formação de funcionárias e funcionários públicos e membros de organizações da sociedade civil.

A Escola Internacional do IPPDH é uma instância de coordenação técnica que responde à necessidade da normativa fundacional do instituto. É um centro de altos estudos no qual se exerce a função de organização e desenvolvimento de capacitações e formação que articulam conhecimentos políticos e acadêmicos do mais alto nível em diálogo com os saberes sociais, orientados a fortalecer as capacidades do governo e gestão de políticas com o enfoque de direitos, em níveis nacionais, estaduais/provinciais, local e regional.

Por sua vez, a CIDH estabeleceu como seu objetivo estratégico 3 impulsar o fortalecimento institucional e a construção de capacidades de atuação das organizações e redes de atores sociais em defesa dos direitos humanos. Em particular, o Plano Estratégico prevê o Programa Ampliado de Capacitação e Promoção do Pensamento e Cultura em Direitos Humanos e o Programa de Cooperação Técnica em Matéria de Institucionalidade e Políticas Públicas com Enfoque em Direitos Humanos, através do qual promove políticas públicas orientadas a fortalecer o respeito aos direitos humanos como um elemento central dos processos de fortalecimento das capacidades nacionais de implementação dos padrões interamericanos de direitos humanos.

É nesse contexto que foi concebido e desenvolvido o Curso Internacional de Políticas Públicas em Derechos Humanos, que já conta com três edições (2016, 2017 e 2018), cujo objetivo principal foi a construção de conhecimento para a gestão de políticas públicas a partir de uma perspectiva de direitos humanos assumindo marcos teóricos e ferramentas atuais e adequadas. Propõe também um espaço de formação e debate para a geração de “comunidades de prática” que abordam desafios que gestores de políticas públicas da região enfrentam atualmente.

Destinatários:

Funcionários e funcionárias públicos/as responsáveis pelo desenho, direção, execução e avaliação de políticas públicas, membros de organizações e movimentos sociais, acadêmicos e sociedade em geral, dos Estados membros do MERCOSUR e da OEA.

Serão admitidos até 100 participantes, sendo que parte será designada por autoridades governamentais dos Estados antes mencionados, e outra parte será selecionada mediante uma convocatória de carácter aberto.

No proceso de seleção, será considerada a representação geográfica, disciplinaria, étnico/racial, de gênero, de pertencimento institucional e também será valorizado de forma especial o papel decisório que o participante com relação às políticas públicas.

O curso não implica em nenhum custo para os selecionados, ou seja, não é necessária nenhuma matrícula para participar. No entanto, os participantes devem cobrir os gastos correspondentes às semanas presenciais previstas, levando em conta que a semana presencial em Buenos Aires é obrigatória para a aprovação no curso. As pessoas que participarem dos eventos presenciais previstos devem contratar seguro médico internacional por conta própria.

Objetivos:

O Curso Internacional de Políticas Públicas em Direitos Humanos busca formar e fortalecer as capacidades de atores relevantes das Américas no enfoque de direitos nas políticas públicas. A partir de uma perspectiva que reconhece as contribuições e desafios da região, é oferecida uma aproximação das experiências existentes e dos desafios que os direitos implicam à institucionalidade estatal.

Metodologia:

FASE VIRTUAL	De 27 de julho a 15 de outubro
Apresentação do tema do trabalho final	Agosto
Entrega do anteprojeto	Setembro
Entrega do trabalho final	Dezembro
SEMANA PRESENCIAL OPTATIVA	De 23 a 27 de setembro
SEMANA PRESENCIAL OBRIGATÓRIA	De 10 a 14 de fevereiro de 2020

O processo de estudo oferecido através do Curso Internacional combina a formação teórica e prática nos campos de pensamento Americano, o direito internacional dos direitos humanos, o Sistema Interamericano de Proteção, ciências sociais, humanidades e administração pública, com apresentação de experiências práticas de alto impacto para a garantia dos direitos implementada nos Estados da região nos últimos anos.

A dinâmica de troca entre os participantes do curso, vindos de âmbitos acadêmicos, estatais e da sociedade civil, constitui em si mesmo um foro para identificar problemas, obstáculos, recursos e oportunidades para o fortalecimento de instituições e políticas centradas em direitos humanos.

Em síntese, o Curso Internacional se propõe a integrar um enfoque teórico-prático com a socialização de experiências significativas de políticas públicas em direitos humanos. Ao mesmo tempo, se caracteriza como um espaço de diálogo em torno à construção de direitos, entendidos a partir de um amplo espectro que vai desde as lutas sociais até a efetiva satisfação dos direitos através de políticas públicas consistentes com as necessidades e demandas da população.

Conteúdo do curso:

O curso combina uma oferta de temas permanentes com outros de caráter conjuntural, a partir das dinâmicas históricas da região. Além disso, oferece ferramentas essenciais para a análise dos principais processos que atravessam a região americana e que representam desafios à plena vigência dos direitos humanos. Os temas permanentes oferecem um campo específico de construção e gestão de políticas públicas em direitos humanos, que exige formação técnica e política com capacidades para gerar propostas com incidência nas práticas levadas adiante pelos Estados em suas distintas instâncias. As experiências apresentadas permitem identificar, além das tensões e desafios, alguns pontos fundamentais para construção de futuras propostas.

Fase virtual:

Esta fase foi pensada com o fim de desenvolver os aspectos técnicos e de gestão, favorecendo a análise de experiências concretas, nas quais se viabiliza a aplicação ou não dos princípios gerais do enfoque de direitos nas distintas fases do ciclo de política pública. Além disso, permite aos participantes se aprofundarem em aspectos específicos do ciclo das políticas públicas desde uma perspectiva de direitos e analisar experiências concretas dos países da região.

As sessões virtuais terão 13 semanas de duração, começando no dia 23 de julho e com encerramento em 15 de outubro. Uma vez concluído os requisitos da fase virtual, os e as participantes contam com um período de tempo para apresentar seus trabalhos finais, expostos durante a semana presencial obrigatória em Buenos Aires.

IMPORTANTE: São necessárias entre 4 e 6 horas semanais para participar da fase virtual, que inclui a participação no foro e leitura de materiais teóricos propostos pela equipe docente.

Tabela de conteúdos:

Semana	Fecha	Tema
1	30/07	Apresentação do curso e dos(as) participantes, e familiarização com o campus virtual.
2	06/08	Direitos Humanos, democracia e desenvolvimento
3	13/08	Aproximação ao Sistema Interamericano de Direitos Humanos
4	20/08	Perspectivas e debates em torno às dimensões sociais e dos processos de integração regional
5	27/08	Semana de revisão
6	03/09	As políticas públicas. Noções conceituais
7	10/09	Abordagens para a gestão de políticas públicas
8	17/09	Enfoque de direitos humanos em políticas públicas
9	24/09	SEMANA OPTATIVA EM WASHINGTON DC –
10	01/10	Entrega de anteprojeto
11	08/10	Igualdade e não-discriminação
12	15/10	Produção, acesso à informação e sistema de indicadores
13	22/10	Participação do ciclo de políticas públicas
	31/10	Devolução do anteprojeto
	15/11	Entrega do anteprojeto reformulado
	20/12	Entrega do trabalho final
	20/01	Comentários do trabajo final
	10 a 14 de fevereiro	SEMANA PRESENCIAL OBRIGATÓRIA EM BUENOS AIRES

Fase presencial obrigatória:

A fase presencial obrigatória na Cidade Autônoma de Buenos Aires acontecerá entre 10 e 14 de fevereiro de 2020, e inclui sessões de formação para os candidatos que cumprirem com os requisitos da fase virtual.¹

As jornadas da formação presencial permitem o intercâmbio do trabalho desenvolvido durante os meses de diálogo online. Também haverá a realização de conferências sobre os diversos temas relacionados com a gestão da política pública desde o enfoque de direitos, e mesas de debate sobre os diferentes temas trabalhados, facilitando assim os espaços de diálogo e construção coletiva de conhecimento, e implementando também colóquios sobre experiências concretas.

Também nesta fase se desenvolvem seminários abertos ao público, nos quais serão tratados aspectos de caráter teórico sobre o processo histórico que vive a região. Nesta atividade, cuja temática será definida atentando aos objetivos estratégicos do IPPDH e da CIDH, e atendendo elementos estratégicos da conjuntura regional, se contempla a realização de conferências magistrais de alto nível, servindo também para a análise de experiências e aprendizagens significativas do enfoque de direitos e do desenvolvimento de políticas em direitos humanos nos países da região.

Fase presencial optativa:

Para os participantes que optem por realizar a especialização do Sistema Interamericano, a fase presencial optativa em Washington DC (ou em algum outro país membro da OEA), oferecerá ao longo de 5 dias sessões específicas de introdução ao funcionamento de cada um dos mecanismos da CIDH, assim como discussões e reflexões sobre o papel do sistema interamericano em direitos humanos em matéria de políticas públicas dos Estados da região.

A semana presencial consiste em uma oficina de formação com ênfase em conteúdos do Sistema Interamericano de Direitos Humanos, incluído o intercâmbio de experiências, desafios e boas práticas relevantes na temática. As jornadas de oficinas serão ministradas pelos especialistas em Direitos Humanos da Secretaria Executiva da CIDH e membros do IPPDH.

Os e as participantes interessados nesta especialização que não podem atender a semana presencial, contarão com a alternativa de elaborar um trabalho escrito de pesquisa sobre o Sistema Interamericano de Direitos Humanos, cujas instruções serão enviadas futuramente.

¹ Todas as datas previstas neste documento estão sujeitas a modificações.

Critérios de admissão e participação do curso

As pessoas selecionadas para fazer parte da quarta edição do curso internacional de políticas públicas em direitos humanos serão divulgadas na páginas de ambas instituições e receberão uma carta de compromisso que deve ser preenchida, assinada e enviada. Nesta carta, o selecionado assume o compromisso de participar de todas as atividades do curso, o que inclui a semana presencial em Buenos Aires, e consentindo com as despesas que implicam a participação neste evento. Será estabelecido um prazo para o recebimento das cartas, não sendo aceitas aquelas recebidas após a data estipulada.

IMPORTANTE: Iniciada a fase virtual, as pessoas que não participem do campus nas primeiras duas semanas serão removidas automaticamente e substituídas pelos candidatos selecionados como suplementes para a vaga.

Aprovação no curso

A aprovação no curso internacional requer cumprir com os requisitos da fase virtual (participação obrigatória em foros, apresentação do tema do trabalho final e a entrega do anteprojeto), elaborar o trabalho final e participial da semana obrigatória em Buenos Aires.

O anteprojeto é um exercício de aplicação do conhecimento adquirido durante o curso a partir de uma situação hipotética ou real proposta pelo/a participante. Uma vez que o anteprojeto seja corrigido, o participante pode dar seguimento à escrita do trabalho final, que deve ser apresentado no mês de dezembro.

O trabalho final tem como objetivo favorecer a integração dos conhecimentos adquiridos no curso. A proposta deve centrar-se em uma política pública em direitos humanos, podendo assumir duas modalidades: proposta de política pública ou avaliação de política pública. O trabalho final, assim como o anteprojeto, é necessário para a conclusão do curso. Este trabalho será revisado, comentado e remitido ao participante, para que possa realizar ajustes antes da apresentação do mesmo durante a semana presencial em Buenos Aires no mês de fevereiro de 2020.

Aqueles que cumprirem com os requisitos da fase virtual e participem da semana presencial em Buenos Aires obterão o certificado de aprovação do curso.

IMPORTANTE: O conteúdo dos trabalhos e das intervenções dos e das participantes ao longo do curso serão considerados como opiniões e expressões individuais. Os comentários não serão tomados como representativos das instituições a que pertencem.

Equipe docente:

Cada módulo está a cargo de um responsável, membros do IPPDH e/ou CIDH, e convidados (expertos e docentes de outros cursos ofertados pelo instituto ou participantes de edições anteriores do Curso Internacional). Além disso, os participantes contam com a coordenação acadêmica e assistência técnica durante todo o processo, que devem orientar os participantes na elaboração dos anteprojetos e trabalhos finais. Os membros da equipe do IPPDH e da CIDH vão oferecer assistência técnica, devem corrigir os anteprojetos e trabalho escrito sobre o Sistema Interamericano quando aplicável, e agregarão observações aos trabalhos finais.

Já na fase presencial do curso, o corpo docente está integrado tanto por figuras destacadas da esfera política, acadêmica e de organizações sociais, expertos e especialistas nos temas tratados durante o curso.